

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Boletim Informativo

Boletim Informativo
N.º 3/2015

REUNIÃO:
ORDINÁRIA DE
18/12/2015

SUMÁRIO:

1. *Aprovação da agenda;*
2. *Discussão e aprovação da acta n.º 02/2015-2016;*
3. *Graduação, nomeação e colocação de 21 Oficiais de Diligências;*
4. *Movimentação mediante transferência de Oficiais de Justiça;*
5. *Apreciação e análise do relatório estatístico trimestral;*
6. *Apreciação dos Relatórios de Inspeção às Procuradorias da República das Comarcas dos Mosteiros e da Brava e do mérito profissional dos magistrados Nelson Segredo Sousa e Mário Sany Rocha;*
7. *Apreciação e aprovação da agenda de visitas às*

DEZEMBRO DE 2015

Presenças:

Presidente

- Procurador-Geral da República, Óscar Silva Tavares;

Vogais

- Membros eleitos pela Assembleia Nacional, Drs. Albino Silva Moreira, Edelfride de Santa Filomena Sousa Barbosa Almeida, Raquel Odete Fortes e Eng.º Mário Gomes Fernandes;
- Membro designado pelo Governo, Eng.º António Pedro Barbosa Borges;
- Membros eleitos pelos seus pares, Drs. António Pedro Lopes Borges, a exercer mandato como Vice-Presidente do CSMP, Daniel Hostelino Alves Monteiro, e Manuel António Livramento da Lomba;

Secretário

- Secretariou a sessão o Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, Senhor José Luís Varela Marques, Secretário Judicial.

8. *Aprovação das acções de formação para magistrados, Oficiais de Justiça, e Técnicos do Ministério Público para o ano judicial 2015-2016;*

9. *Aprovação do valor a pagar ao júri do concurso de ingresso de Oficiais de Diligências;*

10. *Nomeação de um representante do Ministério Público junto da CNDHC.*

1. APROVAÇÃO DA AGENDA

A agenda foi aprovada por unanimidade.

2. ACTAS

O Conselho procedeu à aprovação da Acta nº. 02 da reunião em Plenário do dia 27 de Novembro de 2015.

3. GRADUAÇÃO, NOMEAÇÃO, E COLOCAÇÃO DE 21 OFICIAIS DE DILIGÊNCIAS

Em conformidade com os resultados do Curso de Oficiais de Diligências cuja Lista de Classificação Final foi publicada no Boletim Oficial nº. 53, II Série, de 3 de Novembro;

No uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º e 37º, n.º 1, al. h), da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP);

O Conselho Superior do Ministério Público deliberou:

Nomear, provisoriamente, por urgente conveniência de serviço, nos termos dos artigos 28º do Decreto-Lei n.º 13/20016, de 13 de Fevereiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça, 10.º ns.º 1 e 3, 12.º al.ª a) e 13º, n.ºs 1 e 3 da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com o disposto no artigo 8º, alínea a) do Decreto-Lei n.º 46/89, de 26 de Julho, os cidadãos que a seguir se indica:

- **Matilde Monteiro do Rosário**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca de São Vicente;
- **Evânia Cecília Gomes de Pina**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca da Praia;

- **Iara Maria Teixeira Gomes**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca da Praia;
- **Elton Jones Alves Araújo**, candidato aprovado em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República de Comarca da Praia;
- **Larissa Sousa Livramento**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca de São Vicente;
- **Olívia Delgado Rocha**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca de Ribeira Grande de Santo Antão;
- **Crislény Gonçalves Francisco**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca de Ribeira Grande de Santo Antão;
- **Artemisa da Conceição Cabral Semedo**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca da Praia;
- **Jaqueline da Veiga Semedo**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca da Praia;
- **Donaldo Edgar Rocha Gomes**, candidato aprovado em concurso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República de Comarca de Santa Catarina;
- **Nelson Carlos Oliveira de Pina**, candidato aprovado em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República de Comarca de São Filipe;
- **Jocelina Correia Almeida**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca de Santa Cruz;

- **Maria Felicidade Tavares Fernandes**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la, na Procuradoria da República de Comarca do Tarrafal;
- **Eloisa de Jesus Tavares**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la, na Procuradoria da República de Comarca do Tarrafal;
- **Ygor Alexandre Rodrigues Pereira**, candidato aprovado em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República de Comarca do Maio;
- **Ronísia dos Santos Costa do Rosário**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República de Comarca de São Vicente;
- **Elaine Rosilha Fonseca da Veiga**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca dos Mosteiros;
- **Hendrix Varela Monteiro**, candidato aprovado em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República de Comarca do Sal;
- **Zuleika Fernandes Gomes**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca do Sal;
- **Andreia Leal dos Reis**, candidata aprovada em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República de Comarca de Santa Catarina; e
- **Reni Reina Ramos Delgado**, candidato aprovado em concurso público, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República da Comarca do Paúl.

Os Oficiais de Diligências ora nomeados deverão apresentar-se nas respectivas Comarcas, para iniciar funções, no dia 4 de Janeiro de 2016.”

4. MOVIMENTAÇÃO MEDIANTE TRANSFERÊNCIA DE OFICIAIS DE JUSTIÇA

I

Transferência dos Oficiais de Justiça efectivos

O Conselho Superior do Ministério Público, no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º e 37º, n.º 1, al. h), da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), delibera, nos termos do n.º 1 do artigo 49º do Decreto-Lei n.º 13/20016, de 13 de Fevereiro, e com os fundamentos constantes da deliberação, transferir por conveniência de serviço:

- **Evandro Carlos Cortez Moreno**, Escrivão de Direito, do quadro do pessoal oficial de justiça, ora colocado na Procuradoria da República de Comarca da Praia, para, na mesma categoria, exercer as funções na Procuradoria da República de Comarca de São Filipe;
- - **Manuel de Jesus Rocha**, Escrivão de Direito, do quadro do pessoal oficial de justiça, ora colocado na Procuradoria da República de Comarca de São Vicente, para, na mesma categoria, exercer as funções na Procuradoria da República de Comarca do Paúl;
- - **Nilton Jorge Ferreira Fernandes**, Ajudante de Escrivão, do quadro do pessoal oficial de justiça, ora colocado na Procuradoria da República de Comarca da Praia, para, na mesma categoria, exercer as funções na Procuradoria da República de Comarca dos Mosteiros;
- - **Odairson Gomes Silva**, Ajudante de Escrivão, do quadro do pessoal oficial de justiça, ora colocado na Procuradoria da República de Comarca de São Vicente, para, na mesma categoria, exercer as funções na Procuradoria da República de Comarca do Sal;
- - **Elson Gomes Moreira**, Ajudante de Escrivão, do quadro do pessoal oficial de justiça, ora colocado na Procuradoria da República de Comarca de São Vicente, para, na mesma categoria, exercer as funções na Procuradoria da República de Comarca do Sal;
- - **Liliana Cristina Monteiro do Livramento**, Ajudante de Escrivão, do quadro do pessoal oficial de justiça, ora colocado na Procuradoria da República de Comarca de São Vicente, para, na mesma categoria, exercer as funções na Procuradoria da República de Comarca de São Nicolau;

Os Oficiais de Justiça ora transferidos deverão apresentar-se nas respectivas Comarcas, para iniciar funções, até o dia 21 de Janeiro de 2016.

II

Colocação dos Oficiais de Justiça contratados

O Conselho Superior do Ministério Público, no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º e 37º, n.º 1, al. h), da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), e com os fundamentos constantes da acta delibera:

1. Colocar, a seu pedido, a contratada Senhora **Maria Filomena da Veiga Gomes**, ora colocada na Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina a desempenhar as funções de Oficial de Diligências, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
2. Colocar, a seu pedido, a contratada Senhora **Ana Suraia Freire Lopes**, ora colocada na Procuradoria da República da Comarca do Maio a desempenhar as funções de Oficial de Diligências, na Procuradoria da República da Comarca da Praia;
3. Colocar, a seu pedido, a contratada Senhora **Estefânia Andrade Brito**, ora colocada na Procuradoria da República da Comarca do Sal a desempenhar as funções de Oficial de Diligências, na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente;
4. Colocar, por conveniência do serviço, a contratada Senhora **Denise Leila Lopes Barros**, ora colocada na Procuradoria da República da Comarca da Praia a desempenhar as funções de Escrivã de Direito, na Procuradoria da República da Comarca dos Mosteiros;
5. Colocar, por conveniência do serviço, o contratado Senhor **José Eduardo Cabral Varela**, ora colocado na Procuradoria da República da Comarca da Praia a desempenhar as funções de Ajudante de Escrivão, na Procuradoria da República da Comarca da Brava;
6. Colocar, por conveniência do serviço, o contratado Senhor **Edmilson Lenir Ramos Mota**, ora colocado na Procuradoria da República da Comarca da Praia a desempenhar as funções de Oficial de Diligências, na Procuradoria da República da Comarca de Santa Cruz.

Os Oficiais de Justiça ora colocados deverão apresentar-se nas respectivas Comarcas, para iniciar funções no dia 4 de Janeiro de 2016.”

5. APRECIACÃO E ANÁLISE DO RELATÓRIO ESTATÍSTICO TRIMESTRAL

Analisado os dados estatísticos apresentados pelo SATA com base nos relatórios mensais das Procuradorias da República e abrangendo as jurisdições criminal, cível, laboral, família e menores e fiscal e aduaneiro, em conformidade com a Circular n.º 1/2014, o Conselho Superior do Ministério Público, no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º e 37º, n.º 1, al. a), da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), delibera:

- ✓ *Registrar como positivo os desempenhos das PR de São Vicente e Santa Catarina que foram as duas PR que encerraram mais processos do que aqueles que entraram no mesmo período, bem como Brava encerrou menos cinco processos do que aqueles que entraram no mesmo período.*
- ✓ *Considerar satisfatório o desempenho das PR de Ribeira Grande, Sal, Boavista, São Filipe e Maio por terem encerrado processos em número superior à metade dos processos entrados.*

- ✓ *Registrar como positivo os desempenhos individuais de um dos magistrados colocados na Procuradoria da República de São Vicente, quatro na Procuradoria da Praia, dois na Procuradoria do Sal e um na Procuradoria de Santa Catarina, pelo número de processos encerrados.*
- ✓ *As PR da Praia, Santa Cruz, Tarrafal, Porto Novo e São Domingos por terem encerrado processos em número inferior à metade dos processos entrados no mesmo período carecem de melhorar a produtividade nos meses seguintes, sem contudo deixar de salientar que o magistrado colocado em São Domingos encontra-se em regime de acumulação com a PR da Praia.*
- ✓ *Incentivar na Procuradoria da República da Praia que regista 59% de pendência, os senhores magistrados e Oficiais de justiça para nos próximos meses assegurarem ainda maior esforço de produtividade de modo a aumentarem a produtividade e reduzir, no limite das condições e possibilidades, a pendência.*
- ✓ *Tomando em consideração que com exceção de SV as demais Procuradorias da República mesmo registando pendências de ITSE não foram encerrados esses inquéritos, designadamente nas Procuradorias de SF, TRF, SCT, SD sequer existem registos de movimento desse tipo de processos, recomendar aos senhores magistrados que trabalham nessa área que uma atenção especial deverá ser dada a esse tipo de processos, bem como toda área de defesa dos direitos e interesses dos menores a quem compete ao MP a representação de modo a assegurar uma melhoria qualitativa na defesa daqueles direitos e interesses e reduzir, no limite das condições e possibilidades, a pendência.*
- ✓ *Remeter, para conhecimento de todos os magistrados, os dados globais insertos no relatório trimestral a todas as Procuradorias da República para que sejam dados a conhecer a todos os senhores magistrados.*
- ✓ *Recomendar a todos os senhores magistrados que procurem dar cumprimento atempado das cartas e ofícios precatórias.”*

6. APRECIÇÃO DOS RELATÓRIOS ÀS PROCURADORIAS DA REPÚBLICA DS MOSTEIRO E DA BRAVA E DO MÉRITO PROFISSIONAL DOS MAGAISTRADOS colocados nessas comarcas;

Após a apreciação e discussão, o Conselho deliberou aprovar genericamente os relatórios de inspeção às Procuradorias da República das Comarcas dos Mosteiros e da Brava, avaliar o mérito profissional dos respectivos magistrados atribuindo-lhes classificação de serviço e a partir das conclusões desses mesmos relatórios, fazer recomendações aos mesmos magistrados sobre os respectivos desempenhos.

7. APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA AGENDA DE VISITAS ÀS PROCURADORIAS

Após análise e discussão a agenda de visitas foi aprovada, ficando adiado para o período antes da ordem da reunião do dia 30 de Dezembro o sorteio da composição das delegações para cada Comarca.

8. APROVAÇÃO DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO PARA MAGISTRADOS, OFICIAIS DE JUSTIÇA, E TÉCNICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA O ANO JUDICIAL 2015-2016

Após análise e discussão as acções de formação foram aprovadas.

9. APROVAÇÃO DO VALOR A PAGAR AO JÚRI DO CONCURSO DE INGRESSO DE OFICIAIS DE DILIGÊNCIAS

Considerando o valor pago ao júri dos concursos de acesso às categorias de Procurador-Geral Adjunto e Procurador da República de Círculo e as disponibilidades orçamentais, o CSMP deliberou fixar uma gratificação simbólica a atribuir aos membros do júri pelos trabalhos realizados.

10. NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO DA CNDHC

Ponderando o facto de o mandado do actual comissário cessou desde o mês de Março, o Conselho Superior do Ministério Público, sob proposta do Presidente, delibera, nos termos dos arts.º 9.º n.º 3 al. b) e 10.º do DL n.º 38/2004, de 11 de Outubro, alterado pelo DL n.º 5/2009, de 12 de Janeiro conjugados com o art.º 37.º n.º 1 al. e) da LOMP, por unanimidade dos presentes, designar a Procuradora da República Dulcelina Sanches Rocha como representante do Ministério Público junto da Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania.